



É pra fazer. É pra cuidar.

Prefeitura do Município do Pilar
Comissão Permanente de Licitação - CPL

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2017 – 11/09/2017– 9h30 min (Horário local)

PROTOCOLO DE ENTREGA DO EDITAL

RAZÃO SOCIAL:.....

C.N.P.J. N.º.....

ENDEREÇO:.....

CEP CIDADE / ESTADO.....

TELEFONE: FAX

E-MAIL:.....

NOME DE PESSOA PARA CONTATO:.....

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DA EDITAL:

R. G. N.º e / ou CPF N.º.....

ENDEREÇO:.....

CEP CIDADE / ESTADO.....

TELEFONE: FAX

E-MAIL:

Recebemos, através do _____, cópia do instrumento convocatório acima identificado.

PILAR/ Alagoas de de 2017.

.....

Assinatura



É pra fazer. É pra cuidar.

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2017

O MUNICÍPIO DE PILAR/AL, através da Comissão Permanente de Licitações, legalmente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, na forma da legislação pertinente a licitações e contratos administrativos, fará realizar no dia **11/09/2017, às 09:30 hs (horário local)**, na sala da CPL localizada na Praça Floriano Peixoto, s/n, Centro, CEP 57.150-000 - PILAR(AL), licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do **tipo menor preço global, executado no regime de empreitada por preços unitários**, onde receberá os documentos de habilitação e proposta de preços para a execução das obras e serviços de engenharia abaixo discriminados, conforme especificado neste Edital e mediante condições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações estabelecidas nas Leis Federais 8.883/94 e 9.648/98.

1.0. DO OBJETO

- 1.1.** A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA VISANDO À EXECUÇÃO DA OBRA DO COMPLEXO NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE PILAR/AL, LOCALIZADO NO CONJUNTO HABITACIONAL RUBENS CANUTO, CHÃ DO PILAR** conforme especificações inseridas no anexo I deste instrumento.
- 1.2.** Fica facultada a visa técnica, Nos termos do item 10.2.1 “g” desse Edital, por parte de representantes das empresas interessadas, com vistas a conhecer as condições reais do terreno. Os interessados deverão agendar a visita com técnica com o engenheiro do Marco Valério Aleluia CREA 020078255-0, através do telefone (82)9 9997-8000 em horários distintos.
- 1.3. Valor Estimado da Contratação R\$ 515.124,49 (quinhentos e quinze mil cento e vinte e quatro reais e quarenta e nove centavos).**
 - a) As obras deverão atender as normas, especificações e métodos da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e Posturas Governamentais Vigentes.

2.0 DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1.** Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas no ramo de atividade econômica pertinente ao objeto deste Edital regularmente constituída e em operação no território nacional, bem como, possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste instrumento.
- 2.2.** Não poderão participar as empresas ou instituições das quais participem, dirigentes ou servidores das entidades promotoras desta licitação, relacionadas no preâmbulo.
- 2.3.** Não poderão participar as empresas ou instituições que se encontrem sob falência, liquidação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou ainda, que tenham sido declaradas inidôneas ou estejam punidas com suspensão do direito de licitar com Administração Pública de PILAR- AL.
- 2.4.** Não poderão participar as empresas, inclusive suas filiais, que façam parte de um mesmo



É pra fazer. É pra cuidar.

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

grupo econômico ou financeiro, e/ou empresas que tenham diretores, acionistas com mais de 5% de participação, ou representantes legais comuns e as que dependam econômica ou financeiramente de outra empresa ou a subsidiem.

2.5. Não poderão participar desta licitação empresas que estejam inadimplentes com a Fazenda Pública Estadual ou Municipal da sua sede e/ou filiais.

3.0 DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação do objeto da presente licitação será efetuada conforme preceitua a seção II do capítulo III da Lei 8.666/93, do qual farão parte integrante todas as condições estabelecidas neste edital e em seus Anexos, independentemente de transcrição na nota de empenho, bem como a documentação e a proposta da licitante vencedora, naquilo que não contrariar os termos deste, como previsão de adaptação às normas vigentes.

3.2. Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

3.3. A empresa classificada em primeiro lugar, declarada vencedora, será convocada para assinar o contrato, no prazo máximo de 05(cinco) dias a contar da notificação.

3.3.1. A empresa vencedora sendo convocada, e não comparecendo para assinar o contrato, ou não comprovando que mantém as condições de habilitação, aplicar-se-ão as disposições contidas na Lei de Licitações, sem prejuízo das demais cominações legais.

3.4. Se o licitante vencedor recusar-se a entregar o objeto adjudicado, será convocado outro licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.

3.5. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação ficarão à disposição dos licitantes na Sala da Comissão Permanente de Licitação deste município, e somente poderão ser retirados após 02 (dois) dias úteis a contar da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial do Estado.

3.5.1. Decorrido o prazo estipulado no item anterior, caso não seja retirado os documentos de habilitação, a CPL procederá sua destruição.

3.6. Ficaram os licitantes liberados dos compromissos assumidos, decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem a convocação para contratação, conforme disposto no artigo §3º, do art. 64, da Lei nº 8.666/93.

3.7. O prazo para execução e conclusão das obras e serviços objeto desta licitação será de acordo com o cronograma físico financeiro, anexo deste Edital, prazo este a ser contato a



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

partir da Ordem Inicial de serviços. A emissão das Ordens de Serviços será condicionada a existência de disponibilidade financeira.

3.8. A eventual reprovação da obra e serviços em qualquer fase da execução não implicará em alteração dos prazos, nem eximirá a CONTRATADA da aplicação das multas contratuais.

3.9. O prazo para conclusão das obras e serviços poderá ser alterado nas hipóteses previstas no contrato.

3.10. O presente edital será parte integrante do contrato e a minuta do instrumento contratual anexo integra este Edital.

3.11. Fica desde já esclarecido que o Município poderá introduzir na Minuta de Contrato as alterações julgadas necessárias para assegurar maior garantia na execução das obras.

3.12. Mediante prévia e expressa aprovação do Município, a CONTRATADA poderá subcontratar partes das obras e serviços.

3.15. A licitante vencedora que vier a ser contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos materiais empregados. Também providenciarão a limpeza do terreno, escavação manual e/ou mecânica, aterro e reaterro, estrutura e a alvenaria., decorrentes da movimentação das obras, bem como da recuperação e reconformação de áreas danificadas pelo uso do solo, ou jazidas de qualquer natureza. Serão ainda removidas construções e instalações provisórias de qualquer natureza que tenham sido efetuadas pela CONTRATANTE.

4.0 DO RECEBIMENTO DA OBRA

4.1. As obras e serviços para o objeto deste certame serão recebidos por uma comissão de técnicos da Secretaria Municipal competente, devidamente designados.

4.2. O recebimento dar-se-á mediante termos de recebimento, provisório e definitivo, na forma prevista no contrato.

4.3. As obras e serviços somente serão recebidos, após atendimento de todas as condições estabelecidas neste Edital e demais documentos que o integram.

5.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A aplicação de penalidades à licitante vencedora reger-se-á conforme a estabelecida na Seção II do capítulo IV – Das Sanções Administrativas da Lei nº 8.666/93.

5.1.1. Caso a empresa vencedora se recuse a entregar o objeto contratado, sem motivo justificado,



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sendo-lhe aplicada, isolada ou cumulativamente:

- a) ADVERTÊNCIA, por escrito;
- b) MULTA DE 10% (DEZ PORCENTO) SOBRE O VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO;
- c) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

5.2. O licitante que deixar de entregar, no todo ou em parte, a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

5.3. Fica estipulado o percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) sobre o valor global contratado a título de mora, por dia de atraso no cumprimento de qualquer prazo previsto neste Edital;

5.3.1. Caso o licitante vencedor não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, nos casos previstos nos incisos II e V do parágrafo 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, até o vencimento do prazo de entrega do objeto, ficando a critério da Administração a sua aceitação;

5.3.2. Vencido(s) o(s) prazo(s), a Administração oficiará o licitante vencedor comunicando-o da data limite.

5.3.3. A partir dessa data, considerar-se-á recusa, sendo-lhe aplicada a sanção de que trata o subitem 5.4.

5.4. Pela inexecução total da obrigação, a Administração rescindirará o contrato e aplicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

5.4.1. Em caso de inexecução parcial da obrigação será aplicada o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato.

5.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações da Administração pela licitante vencedora serão deduzidas dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor do Município de PILAR (AL) ou cobradas judicialmente.

5.6. Se a licitante vencedora inadimplente não tiver valores a receber do Município de PILAR, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.



É pra fazer. É pra cuidar.

09

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

5.7. A aplicação de multas, bem como a rescisão de contrato, não impede que a Administração aplique ao licitante vencedor as demais sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

5.8. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste edital será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

6.0 DOS RECURSO FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. O investimento para a construção do objeto desta licitação ocorrerá por conta dos recursos, classificados na seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão:	Secretaria Municipal de Ação Social
Unidade:	0012 - Secretaria Municipal de Ação Social
Classificação Funcional Programática:	08.122.010.1029
Elemento de Despesa:	4.4.9.0.51.00.00 Obras e Instalações
Projeto/Atividade	1029 – Construção do Complexo Nutricional

7.0 LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA e RETIRADA DO INSTRUMENTO

7.1. O Presidente receberá as propostas de preços e documentos de habilitação em sessão pública a ser realizada, conforme indicado a seguir:

Dia 11/09/2017, às 09:30 horas; A Licitação em todas as suas fases ocorrerá na sala da Comissão Permanente de Licitação, na sede administrativa da Prefeitura Municipal de PILAR/AL.

7.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a participação no certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da CPL em contrário.

7.3. Este Edital e seus anexos (projeto básico, executivo, planilhas e especificações) serão entregues gravados em CD ou outro meio eletrônico e encontra-se a disposição das empresas interessadas no endereço mencionado no item 7.1, no horário das 08:00 às 12:00, até o dia da sessão, ou mediante requisição diretamente na CPL do Município ou através do email: equipelicipilar2016@gmail.com

7.4. As licitantes poderão colher informações adicionais eventualmente necessárias sobre o certame, junto à Comissão Permanente de Licitação, localizada no endereço exposto no preâmbulo deste Edital, no horário das 08 às 12h.



É pra fazer. É pra cuidar.

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

8.0 DO CREDENCIAMENTO

8.1. Cada licitante poderá nos atos do presente certame ter um único representante legal devidamente credenciado, com poderes para representar, mediante apresentação de um dos seguintes instrumentos, sempre acompanhados pela cópia do documento de identidade:

8.1.1. Procuração lavrada por instrumento público ou particular, indicando a outorga de poderes na forma exigida, onde constem os poderes do outorgante, acompanhados do contrato social, ou estatuto, ou ato constitutivo, ou registro comercial, sugestão de modelo a seguir:

PROCURAÇÃO

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº e CPF sob nº, a participar da licitação na Tomada de Preços nº ___/201__ da Prefeitura Municipal de PILAR, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, **bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

Local e data

Diretor ou Representante Legal

8.1.2. A procuração outorgada a dois ou mais representantes legais, determinando que estes ajam em conjunto, deve ser substituída pelo modelo acima sugerido, outorgando poderes a somente um procurador.

8.1.3. Caso o representante seja sócio, gerente ou administrador da empresa licitante, deverá ser apresentado documento idôneo que comprove a sua condição de sócio, gerente ou administrador do licitante e que declare os limites da sua atuação;

8.1.4. As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos do Artigo 72 da Lei Complementar 123/2006 e devido a necessidade de identificação pela CPL, deverão credenciar-se acrescidas das expressões “ME” ou “EPP” à sua firma ou denominação, bem como, entregar a CPL: a) ou a certidão original (ou sua cópia autenticada) expedida pela respectiva Junta Comercial ou pelo Registro competente que comprove sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (art. 8º, Instrução Normativa nº 103, de 30 de abril de 2007); b) ou cópia autenticada do seu instrumento constitutivo devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Cartório de Registro de Pessoa Jurídica) no qual conste a adição ao nome empresarial das expressões “Microempresa” ou Empresa de Pequeno Porte”, ou suas respectivas abreviações “ME” ou “EPP” (art. 3º, caput e § 2º, daquela Instrução).



É pra fazer. É pra cuidar.

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

8.1.4.1 - O descumprimento do subitem 8.1.4 significará renúncia expressa e consciente, desobrigando a CPL de conferir ao licitante os benefícios da Lei Complementar 123/2006 aplicáveis ao presente certame;

8.1.4.2 - A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

8.2. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de um licitante.

8.3. A não apresentação ou a incorreção do documento de credenciamento não impedirá o proponente de entregar os envelopes de proposta e de habilitação, mas o impedirá de manifestar-se no certame. No caso de “ME” ou “EPP”, estes não poderão se beneficiar das previsões da Lei 123/2006.

8.4. O representante responsabilizar-se-á pelos assuntos atinentes à participação da empresa neste procedimento licitatório, com poderes para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.5. Os documentos relativos ao credenciamento deverão ser apresentados antes do início do certame, **separadamente** dos envelopes “PROPOSTA DE PREÇOS” e “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.

9.0. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

9.1. A reunião, para recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e o envelope da proposta de preço, será pública e dirigida pela Comissão Permanente de Licitações.

9.2. No dia, local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados ou seus representantes legais deverão proceder ao respectivo credenciamento, nos termos deste Edital.

9.3. Declarado aberto à sessão pela CPL, não serão admitidos novos proponentes dando-se início ao recebimento dos envelopes:

9.3.1. Do envelope de documentação para habilitação (ENVELOPE “A”);

9.3.2. Do envelope de documentação para proposta comercial (ENVELOPE “B”).

9.4. A indicação nos envelopes, caso esteja incompleta ou com algum erro de transcrição, desde que não cause dúvida quanto ao seu conteúdo ou não atrapalhe o andamento do processo não será motivo para exclusão do procedimento licitatório.

9.5. A impugnação de interessados contra ofertas e documentos apresentados pelos licitantes deverá ser feita nesta reunião, exclusivamente pelo representante legal credenciado para apresentar



É pra fazer. É pra cuidar.

Prefeitura do Município do Pilar
Comissão Permanente de Licitação - CPL

as empresas em nome das quais pretendam registrar a impugnação.

10.0 DOS PROCEDIMENTOS DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS

10.1. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

10.1.1. Os envelopes, opacos e rubricados, devidamente lacrados, deverão ser entregues pelo representante credenciado de cada licitante no dia, hora e local indicado no preâmbulo deste Edital.

10.1.2. Os envelopes deverão conter o nome e o endereço do licitante e o seguinte endereçamento:

10.1.2.1. ENVELOPE “A” – “HABILITAÇÃO”

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR/AL

TP N.º 02/2017

DIA 11/09/2017 ÀS 09:30 h (Horário Local)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA VISANDO À EXECUÇÃO DA OBRA DO COMPLEXO NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE PILAR/AL

Identificação do Licitante: (Razão Social, fone, fax, e-mail)

10.1.2.2. - ENVELOPE “B” – “PROPOSTA COMERCIAL”

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR/AL

TP N.º 02/2017

DIA 11/09/2017 ÀS 09:30 h (Horário Local)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA VISANDO À EXECUÇÃO DA OBRA DO COMPLEXO NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE PILAR/AL

Identificação do Licitante: (Razão Social, fone, fax, e-mail)

10.1.3. No verso de cada envelope (A e B) deverá constar o nome, o CNPJ ou CPF, e o endereço do licitante.

10.1.4. A CPL não receberá envelopes fora do prazo estipulado; nem poderá receber envelopes encaminhados pelo correio, sedex ou correlatos.

10.2. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.2.1. Para habilitação nesta Licitação, a licitante deverá apresentar:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;



É pra fazer. É pra cuidar.

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, e suas respectivas alterações, podendo ser substituída pela última alteração consolidada, devidamente registrado, na forma da lei, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, caso já tenha sido apresentada e juntada no credenciamento não se faz necessária nova apresentação;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;
- e) Certidão de Registro da Empresa e de seus responsáveis técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, atualizados, em observância ao art. 69 da Lei Federal n.º 5.194/66 e art. 1º, inciso II, da Resolução n.º 413/97 do CONFEA;
- f) Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional (is) de nível superior, detentor (es) e atestados (s) de responsabilidade técnica por execução de obra (s) ou serviços de características semelhantes ao objeto em questão.
- g) Declaração de visita técnica ao local da obra expedido pelo responsável técnico da licitante ou representante da empresa. A presente declaração deverá ter como modelo sugerida o seguinte texto:

Atestado/Declaração de Visita	
Atesto	para os devidos fins que a empresa
_____	_____, cadastrada com o CNPJ n.º
_____	_____, situada na _____, _____,
_____	_____, _____, através do seu representante legal ou responsável técnica da
_____	empresa, fez a visita técnica da área onde será a Execução de serviços de engenharia civil
_____	para _____ neste município de _____/AL.
_____	_____, ____ de _____ de 2_____.
Representante Legal e/ou responsável da Empresa	

- h) Balanço Patrimonial e Demonstração dos Resultados Contábeis do último exercício social, devidamente assinado pelo administrador da empresa e pelo contador, registrados na Junta Comercial da sede da licitante, em todas as suas páginas, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios;



É pra fazer. É pra cuidar.

94

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

h.1. Os balanços das Sociedades Anônimas ou por Ações, deverão ser apresentadas em publicações do Diário Oficial;

h.2. As demais empresas deverão apresentar balanços autenticados e arquivados na Junta Comercial do local da sede da empresa, certificados por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e Declaração de Habilitação Profissional – DHO do CRC (selo), mencionando expressamente o número do Livro “Diário”, acompanhado dos termos de abertura e encerramento do livro diário e as folhas em que cada balanço se acha regularmente inscrito.

h.3. As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham Balanço de final de exercício, deverão apresentar Demonstrações Contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência

h.4. A situação financeira da licitante será avaliada através do demonstrativo de cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Endividamento Total (ET), assinado por contador registrado no CRC, os quais deverão ser calculados na forma abaixo e obedecer aos seguintes parâmetros:

1) Índice de Liquidez Geral

$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,0$

2) Índice de Liquidez Corrente

$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$

3) Endividamento Total

$ET = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Ativo Total}} \leq 0,40$

* Exigível Total = Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo.

i) Se a licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem 1 e 2, ou apresentar resultado maior que 0,40 no subitem 3, deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a **pelo menos 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação**, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais, para demonstrar sua boa situação financeira;

j) Certidão Cível que contemple a certidão negativa de falências, concordatas e recuperação judicial expedida pelo cartório de distribuição da sede do licitante e/ou da capital, no caso da empresa ser sediada no Estado de Alagoas (Resolução do TJ/AL), dentro do prazo de validade na data da realização da licitação. No caso de certidões de empresas com sede em local diverso da localização da obra, deverá ser apresentada relação oficial dos cartórios e escritórios distribuidores do local da sede do licitante.



É pra fazer. É pra cuidar.

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

- k) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, conjunta a Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa da União, com validade na data de realização da licitação.
- l) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da licitante, com validade na data de realização da licitação;
- m) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante, com validade na data de realização da licitação.
- n) Prova de Regularidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços, através de:
- n.1. INSS - Certidão Negativa de Débitos – CND, com validade na data de realização da licitação;
- e
- n.2. FGTS – Certidão de Regularidade de Situação - CRS fornecido pela Caixa Econômica Federal, com validade na data de realização da licitação.
- o) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT
- p) Declaração de inexistência de fato impeditivo, conforme **ANEXO** deste Edital;
- q) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, e somente a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei Fed. nº 9.854/99), conforme **ANEXO** deste Edital;

10.2.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das Microempresas e Empresas de pequeno porte, assim definidas no Capítulo II, da Lei Complementar nº 123/06, será assegurado a essas empresas o prazo de cinco (05) dias úteis, contando do momento em que a licitante beneficiado for declarado vencedor do respectivo certame pelo Sistema, prorrogáveis por igual período, a critério da CPL, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

10.2.1.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no neste Edital

10.2.1.3. O Presidente da CPL poderá consultar diretamente as páginas dos órgãos emissores na internet, para confirmação da regularidade, se for o caso, bem como, a própria licitante apresentar a regularidade na sessão.

10.2.1.4. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo da CPL.



É pra fazer. É pra cuidar.

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

10.2.2. No caso de a licitante possuir filiais, a documentação apresentada deverá referir-se apenas a uma das filiais ou apenas à matriz, salvo disposição em contrário, sendo que a contratação será realizada com a pessoa jurídica que apresentou a documentação.

10.2.3. Não serão aceitas, sob qualquer alegação, ainda que antecipadamente, documentação incompleta para posterior complementação, nem documentação por transmissão via fac-símile (fax).

10.3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

10.3.1. A proposta comercial deverá ser apresentada em 01 (uma) via, em papel timbrado, rubricada e assinada pelo representante legal da licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, no idioma português, ressalvada as expressões técnicas, devidamente encadernada e numerada, e conter obrigatoriamente os seguintes componentes:

10.3.1.1. Carta-Proposta constante, necessariamente, os seguintes elementos:

1. Preço global da proposta, em algarismo e por extenso, de acordo com a planilha orçamentária, expresso em real;
2. Prazo de execução das obras e serviços;
3. Prazo de validade da proposta que deverá ser no mínimo de 60 (sessenta) dias a partir da data da entrega.
4. Declaração de que todas as despesas decorrentes da elaboração das propostas correm por conta da licitante, não lhe cabendo direito de indenização de qualquer natureza;
5. Indicação do nome, CPF, e cargo na empresa, do responsável legal que deverá assinar o contrato caso seja vencedora.

10.3.1.2. Planilha Orçamentária, constante no anexo I, formulada de conformidade com o modelo fornecido pela PREFEITURA, de que constarão todos os preços unitários e totais, incluindo todas as despesas diretas e indiretas correspondentes, bem como o preço global para execução das obras e serviços objetivados. A licitante deve limitar em até 3% o percentual relativo a instalação, mobilização e desmobilização da obra;

10.3.1.3. Cronograma Físico-Financeiro:

- a) Pelo sistema de barras, a evolução física das obras ao longo de execução;
- b) Em percentuais do valor total da proposta, o cumprimento de cada item de serviço ao longo da execução das obras;
- c) Valor do faturamento mensal previsto;
- d) Valor acumulado do faturamento previsto, ao longo da execução das obras.

10.3.1.4. Especificações Técnicas;

10.3.1.5. Composição de Preços Unitários;



É pra fazer. É pra cuidar.

97

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

10.3.1.6. Detalhamento do BDI; e

10.3.1.7. Declaração de que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas diretas, indiretas e qualquer outra necessária à total e perfeita execução das obras e serviços objeto desta licitação, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pela PREFEITURA salvo se decorrente de projeto, obra ou serviço não incluído neste edital.

10.3.2. No sentido de facilitar o processo de avaliação das propostas, a licitante deverá apresentar sua proposta descrevendo as características do objeto na mesma seqüência do especificado neste Edital e onde for aplicável;

10.3.3. **A PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE PILAR/AL se reserva o direito de auditar as informações sobre capacidade e características dos produtos ofertados pela licitante, através de diligências, pesquisas na Internet e/ou em outros materiais publicados pelo fabricante dos produtos ofertados.**

10.3.4. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;

10.3.5. Será desclassificada a proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital e seus Anexos ou que se opuser a qualquer dispositiva legal vigente.

10.3.6. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

10.3.7. Após a abertura das propostas não serão admitidos pedidos de cancelamento, retificação de preços ou de quaisquer outras condições oferecidas.

10.4 DO JULGAMENTO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

10.4.1. Os envelopes de habilitação e propostas serão recebidos simultaneamente pela CPL na data, hora e local indicados neste Edital, onde somente os receberá pessoalmente pelos representantes das empresas credenciados.

10.4.2. Lavrar-se-á ata circunstanciada de todas as sessões que se realizarem, onde se mencionarão todas as ocorrências, inclusive as propostas apresentadas, reclamações e impugnação formuladas que possam, direta ou indiretamente, interessar ao julgamento da licitação. As respectivas atas deverão ser assinadas pelos membros da CPL e demais licitantes presentes.

10.4.3. Não serão objeto de exame ou deliberação os fatos ou alegações não pronunciadas ate o encerramento de cada sessão, bem como as que não forem inseridas nas respectivas atas, não cabendo, conseqüentemente, aos ausentes o direito de qualquer reclamação.



98

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

10.4.4. Após a fase de credenciamento será procedida à abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação na mesma data designada, que serão rubricadas pela CPL e os LICITANTES presentes.

10.4.4.1. Quando analisados os documentos de habilitação, a CPL abrirá prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da lavratura da ata da sessão para recurso na forma do art. 109 da Lei nº 8.666/93, quando, e somente quando transcorrido esse prazo, serão abertos os envelopes contendo os preços que deverão ser rubricados por todos os presentes, permanecendo inviolados e sob guarda da CPL.

10.4.5. Após o exame e julgamento dos Documentos de Habilitação, que poderá ocorrer na mesma data ou em outra sessão, a critério da CPL, será comunicado o resultado da fase habilitatória, e convocadas às empresas habilitadas para a fase seguinte do certame.

10.4.6. Será inabilitada a LICITANTE cuja documentação for apresentada incompleta ou irregular, nas formas das exigências deste instrumento. Assim, será devolvido o envelope de Preço dos licitantes inabilitados quando decorrido os prazos legais sem interposição de recursos, tenha havido desistência expressa ou após sua denegação.

10.4.7. Após fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CPL.

10.4.8. Na data, Hora e local designado pela Comissão Permanente de Licitação será procedida à abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Licitantes habilitadas, anunciando os preços globais ofertados, e rubricado todo o seu conteúdo pela comissão e pelos representantes das empresas.

10.4.9. A Comissão Permanente de Licitação examinará as Propostas para determinar se estão completas, se há erros de cálculos, se todos os documentos foram devidamente assinados, e se todas as propostas estão, de maneira geral, adequadas às exigências deste Edital.

10.4.10. Erros aritméticos serão retificados da seguinte forma:

(a) se houver discrepância entre os preços unitários e o preço total, o qual é obtido pela multiplicação dos preços unitários pela quantidade, o preço unitário prevalecerá, e o preço total será corrigido.

(b) se houver discrepância entre os valores numéricos e seus correspondentes por extenso, prevalecerão os valores escritos por extenso.

10.4.11 Se o Licitante não aceitar a correção de tais erros, sua proposta será desclassificada.

10.4.12. Antes da avaliação detalhada, a Comissão Permanente de Licitação verificará a adequação substancial de cada Proposta aos termos do Edital para a finalidade desta Cláusula. Uma Proposta



É pra fazer. É pra cuidar.

99

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

será determinada substancialmente adequada caso atenda a todos os termos, condições e especificações do Edital sem quaisquer ressalvas ou desvios veículos. Desvios ou ressalvas veículos são aqueles que afetam de maneira substancial o escopo, a qualidade, ou o desempenho dos bens, ou que sejam inconsistentes com o Edital, restrinjam os direitos da Municipalidade ou as obrigações do Licitante, e cuja retificação afetaria injustamente a posição competitiva de outros Licitantes que tenham apresentado Propostas adequadas ao Edital. A determinação de adequação de uma Proposta pelo Município será baseada no conteúdo da mesma, sem considerar evidências extrínsecas.

10.4.13. Uma Proposta considerada inadequada será desclassificada pela Comissão Permanente de Licitação e não poderá ser alterada posteriormente pelo Licitante, com o objetivo de adequar a Proposta com os Termos do Edital.

10.4.14 A Comissão Permanente de Licitação poderá relevar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância encontrada em uma Proposta que não represente desvio ou ressalva substancial e desde que isso não prejudique ou afete o caráter competitivo da licitação, ou o princípio da igualdade entre os licitantes. Art. 3º.

10.4.15 Os valores globais máximos fixados para execução dos serviços discriminados são os constantes no anexo I ("Valor da Obra R\$"), em conformidade com as planilhas orçamentárias fornecidas pelo Município, nos termos do inciso X do art. 40 da Lei nº 8.666/93, modificado pela Lei nº 9.648/98. Os preços unitários não poderão exceder o os preços unitários constantes da planilha, sob pena de desclassificação.

10.4.16 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital e as propostas com valor global superior ao fixado/orçado pela Administração consoante o disposto no item anterior.

10.4.17. Analisadas as propostas, verificando-se o descumprimento de requisitos estabelecidos no Edital, serão desclassificadas, também, as que:

10.4.17.1. Forem elaborados em desacordo com os termos deste Edital, com omissões, rasuras, erros substanciais;

10.4.17.2. Apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado;

10.4.17.4. Apresentarem preços irrisórios ou de valor zero;

10.4.17.5. Apresentarem proposta alternativa ou baseada na proposta de outros licitantes.

10.4.18. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o licitante vencedor aquele que oferecer o menor preço global, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital.



É pra fazer. É pra cuidar.

200

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

pela CPL, caso não verificada a hipótese de recurso administrativo.

10.4.19. No caso de empate entre 02 (duas) ou mais propostas iniciais, realizar-se-á o sorteio, em sessão pública.

10.4.20. O resultado do julgamento das propostas será divulgado, caso necessário, no quadro de aviso da Prefeitura e, se possível, no Diário Oficial do Estado de Alagoas.

11.0 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 A adjudicação e homologação do objeto serão realizadas, após deliberação, pelo Chefe do poder Executivo.

11.2. No julgamento das propostas, a CPL levará em conta, no interesse da Administração Pública, o critério do menor preço global.

11.3. Após a adjudicação ao vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o procedimento será submetido à Autoridade Superior, para homologação e contratação.

12.0 DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1. Até 02 (dois) dias úteis, 48 (quarenta e oito) horas, antes da data fixada para recebimento das propostas qualquer representante legal de empresa devidamente autorizado, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório da Concorrência; devendo entregar, na entidade que promove a licitação, o ato de impugnação devidamente assinado pelo representante legal da interessada.

12.1.1. Caberá a CPL decidir sobre a petição em até 24 (vinte e quatro) horas.

12.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13.0 DO REAJUSTE

13.1. Os preços manter-se-ão inalterados pelo período de 01 (um) ano, na forma da Lei n.º 9.069/95, a contar da assinatura do contrato. Após este período, os mesmos serão reajustados na periodicidade e com base na variação do INCC – Índice Nacional da Construção Civil, coluna 35 da FGV, através da seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{I.1 - I.0}{I.0}$$



É pra fazer. É pra cuidar.

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

Onde:

R – Reajustamento Procurado;

V – Valor contratual das obras e serviços a serem reajustados;

I.1 – Índice relativo ao da data de aniversário da proposta;

I.0 – Índice correspondente à data da apresentação da proposta.

14.0 DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento se fará no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da Nota Fiscal/Fatura na Sede da Administração do Município de PILAR/AL

14.2. As medições serão parciais e os pagamentos serão efetuados mensalmente, com base nos valores apurados em medições dos serviços efetivamente executados no período, conforme cronograma, e nos preços unitários constantes do contato.

14.3. As faturas serão, obrigatoriamente, acompanhadas das respectivas folhas de medição e memória de cálculo de quantitativos que conterão o visto da fiscalização.

14.4. Ao requerer o pagamento da primeira medição a CONTRATADA deverá anexar a comprovação de registro do Contrato junto ao CREA, nos termos da Resolução n.º 257 de 19.09.78 do CONFEA, sob pena de não receber o pagamento da referida medição.

14.5. A CONTRATADA deverá apresentar, ainda, por ocasião de cada pagamento, a Certidão Negativa de Débito do INSS, o Cadastro Específico do INSS – CEI (caso tenha sido retirado) e o Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS, válidos na época. Será, ainda, exigida cópia autenticada das guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações a Previdência Social – GFIP, com respectiva relação dos empregados.

14.6 A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS (CND) e do Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS, ou sua irregularidade, não acarretará retenção do pagamento, sendo, no entanto, imediatamente comunicada quanto à apresentação de tal documento em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis. A não-apresentação do CEI será motivo para a glosa do pagamento.

14.7 Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

14.8 Concomitantemente à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará a ocorrência ao INSS, no caso de CND e do CEI a Caixa Econômica Federal, no caso do CRF.

14.9 A nota fiscal deverá ser fornecida com o mesmo CNPJ da empresa contratada.

14.10. Os serviços e obras objeto da licitação deverão estar dentro das especificações admitidas e deverá ser entregue no prazo máximo estipulado no item 3.7 deste instrumento, de forma parcial ou total, a critério da Administração. Ainda que recebido em caráter definitivo, **subsistirá a responsabilidade legal do adjudicatário pela qualidade do objeto fornecido.**

14.11. O embargo do recebimento definitivo do objeto por parte da Administração não implica dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso, não acarretando ônus para a Administração.

14.11.1. Findo este prazo serão aplicadas às sanções previstas neste ato convocatório e na legislação pertinente.

14.12 Caso o objeto deste Contrato seja recusado e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não entregue e o prazo de pagamento será contado a partir da



É pra fazer. É pra cuidar.

102

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

data de regularização, observado o prazo disposto neste Contrato, para pagamento.

14.13 Nas situações onde a CONTRATADA não comprovar a isenção das tributações elencadas nas alíneas *a* a *d* abaixo relacionadas, a CONTRATANTE poderá efetivar a retenção na fonte nos pagamentos efetuados, para produtos e serviços, sobre os seguintes impostos e contribuições:

Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ;

Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL;

Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS;

Programa de Integração Social – PIS/PASEP.

14.13.1 A retenção será efetuada aplicando-se a alíquota legalmente prevista.

14.14 Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação *pro rata tempore* do IGPM (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que o mesmo for efetivado.

14.15 A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero.

14.16 Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

15.0 DA EXECUÇÃO

15.1. A execução do objeto reger-se-á pelo Capítulo III - Seção IV - Da Execução dos Contratos, da Lei nº 8.666/93.

15.2. A inexecução total ou parcial do objeto ensejará sua rescisão com as consequências contratuais previstas em Lei, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93, reconhecendo desde já a empresa licitante os direitos da Administração previstos no artigo 55, inciso IX, da referida Lei.

16.0 DOS RECURSOS

16.1. Declarado o vencedor e ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas alegações, e das contra-razões dos demais licitantes, quando lhe será concedido o prazo de 05 (cinco) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante implicará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela CPL ao vencedor.

16.3. Qualquer recurso contra a decisão da CPL terá efeito suspensivo.

16.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



É pra fazer. É pra cuidar.

103

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

16.5. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

16.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no horário de expediente da Comissão de Licitação, devendo o interessado requerer por escrito com antecedência mínima de um dia útil.

16.7. Caso a CPL não reconsidere sua decisão, quanto ao recurso administrativo eventualmente interposto, este recurso, devidamente informado, será levado à consideração da autoridade superior competente que proferirá decisão definitiva, procedendo à Adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor e à homologação do procedimento

17.0 DA RESCISÃO

17.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente instrumento processar-se-á de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.666/93, em seus artigos 77 a 80.

18.0 DA FISCALIZAÇÃO

18.1. As obras e serviços serão fiscalizados por técnicos da PREFEITURA que serão credenciados pelo Secretário Municipal competente, aos quais a CONTRATADA deverá facilitar o pleno exercício de suas funções.

19.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. O preço global estimado para os objetos deste certame seletivo encontra previsto em planilha, anexo deste Edital.

19.2. A CPL poderá negociar, exclusivamente, com a Licitante que oferecer o menor preço, no que tange à redução de preços unitários, o qual deverá confirmar expressamente se aceitar ou não tal negociação, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

19.3. A presente licitação, no interesse da Administração, poderá ser adiada, revogada ou anulada, sempre em despacho fundamentado, conforme o artigo 49 da Lei nº 8.666/93, sem que disso decorra para as Licitantes qualquer direito de indenização ou ressarcimento.

19.4. As licitantes ficam cientes de que é reservado à Administração o direito de apresentar redução ou acréscimo, no volume dos quantitativos de fornecimento, até o limite previsto na Lei nº 8.666/93, sem que caiba à licitante vencedora o direito a qualquer reclamação.



É pra fazer. É pra cuidar.

204

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

19.5.. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos para este procedimento licitatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, só se iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente no Município de PILAR/AL e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

19.7. A intimação e divulgação do julgamento das fases desta licitação serão por comunicação direta ou por escrito aos interessados, exceto no caso de revogação ou anulação que será ciência por publicação oficial.

19.8. A eventual tolerância a qualquer infração ao disposto neste instrumento não implicará aceitação, novação ou precedente.

19.09. Os casos omissos serão decididos, conforme o caso, pela CPL ou Autoridade Competente, com base na legislação vigente.

19.10. Ao receber o Edital a licitante deverá declarar o endereço em que recebe notificações, n.º do fax, e-mail, obrigando-se a comunicar qualquer mudança posterior, sob pena de reputar-se válida a notificação encaminhada ao endereço e/ou fax fornecido.

19.11. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados, deverão estar datados dos últimos sessenta (60) dias até a data de recebimento dos envelopes, quando não tiver prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor, excetuando-se os atestados de capacidade técnica.

19.12. A presidente poderá relevar omissões meramente formais, desde que não reste infringido o princípio de vinculação a este Edital nos termos da legislação pertinente.

20.0 DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL

20.1 - São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I – Projeto Básico;
Especificações Técnicas
Plantas/Desenhos
Planilha Orçamentária

ANEXO II – Modelos de Declarações;

ANEXO III- Minuta de Contrato

PILAR/AL, 17 de agosto de 2017


Newton Rodrigo Rocha Sarmiento
Presidente da CPL



É pra fazer. É pra cuidar.

105

Prefeitura do Município do Pilar
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO I –

Projeto Básico;
Especificações Técnicas
Plantas/Desenhos
Planilha Orçamentária

(DISPONIBILIZADO EM CD)



É pra fazer. É pra cuidar.

Prefeitura do Município do Pilar
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

Razão Social da Licitante:	CNPJ:
-------------------------------------	----------------

1. DECLARAÇÕES:

1.1. A licitante **DECLARA**, expressamente que está de acordo com todas as normas e condições deste Edital de Concorrência e seus Anexos;

1.2. A licitante **DECLARA**, que o prazo de validade da Proposta de Preços, que não será inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação;

1.3. A licitante **DECLARA**, que estão incluídas nesta Proposta de Preços, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

1.5. A licitante **DECLARA**, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem FATOS IMPEDITIVOS para sua habilitação no processo licitatório, modalidade TOMADA DE PREÇOS N° XXXXXX/201__, realizado pelo Município de PILAR, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

1.6. A licitante **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Fed. no 8.666, de 21.06.1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27.10.1999, regulamentada pelo Decreto n. 4.358, de 05.09.2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, nos termos do Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99)

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Obs.: se a licitante possuir maiores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

1.7. A licitante **DECLARA**, que acatará o pagamento da Administração conforme o item 14. deste Edital, ao tempo que indica os dados bancários da licitante:

BANCO	AGÊNCIA	Nº DA CONTA
----------------	------------------	----------------------

_____/AL, de de 2017

.....
Representante legal da Licitante



É pra fazer. É pra cuidar.

LOT

Prefeitura do Município do Pilar
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO III

**MINUTA DE CONTRATO POR PREÇO
GLOBAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA DE PILAR/AL E A
EMPRESA.....**

Pelo presente instrumento, de um lado **O MUNICÍPIO DE PILAR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 12.200.150/0001-28, com sede administrativa na Praça Floriano Peixoto, s/n, Centro, Pilar/AL, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, **RENATO RESENDE ROCHA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito sob o CPF de nº 524.759.954-20, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXX**, sediada à **XXXXXXXXXX** inscrita no CNPJ sob nº **XXXXXXXX**, Inscrição Estadual nº **XXXXXXXXXX**, neste ato representada por seu Procurador, Sr. **XXXXXXXX**, RG nº **XXXXXXXX**. CPF nº **XXXXXXXX**, doravante designada **CONTRATADA**, mediante as cláusulas e condições do edital de TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2017 e seus anexos e pela Lei n. 8.666/93 e suas alterações estabelecidas nas Leis Federais 8.883/94 e 9.648/98 nos procedimentos para licitação, acordam o presente contrato, de acordo com o que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1** A presente Licitação tem como objetivo **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA VISANDO À EXECUÇÃO DA OBRA DO COMPLEXO NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE PILAR/AL, LOCALIZADO NO CONJUNTO HABITACIONAL RUBENS CANUTO, CHÂ DO PILAR**, em conformidade especificações constantes do Projeto Básico e arquitetônico que integram este Edital,
- 1.2.** As obras e serviços deverão atender as normas, especificações e métodos da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

2.1. Para todo e qualquer efeito jurídico, constituem partes integrantes e indissociáveis do presente contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

- a) Edital de Tomada de Preços n.º 02/2017 e seus anexos;
- b) Proposta Comercial da **CONTRATADA**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DO LOCAL DE ENTREGA



É pra fazer. É pra cuidar.

108

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

- 3.1. o objeto da licitação será recebido por uma comissão de técnicos da Secretaria Municipal de competente, devidamente designado.
- 3.2. O recebimento dar-se-á mediante termos de recebimento, provisório e definitivo, na forma prevista no contrato.
- 3.3. O objeto da presente licitação somente será recebido, após atendimento de todas as condições estabelecidas neste Edital e demais documentos que o integram.

4. CLÁUSULA QUARTA- DO VALOR

- 4.1. O VALOR – O valor global deste contrato é R\$ _____ (_____)

5. CLÁUSULA QUINTA- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento se fará no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da Nota Fiscal/Fatura na Sede da Administração do Município de PILAR/AL
- 5.2. As medições serão parciais e os pagamentos serão efetuados mensalmente, com base nos valores apurados em medições dos serviços efetivamente executados no período, conforme cronograma, e nos preços unitários constantes do contato.
- 5.3. As faturas serão, obrigatoriamente, acompanhadas das respectivas folhas de medição e memória de cálculo de quantitativos que conterão o visto da fiscalização.
- 5.4. Ao requerer o pagamento da primeira medição a CONTRATADA deverá anexar a comprovação de registro do Contrato junto ao CREA, nos termos da Resolução n.º 257 de 19.09.78 do CONFEA, sob pena de não receber o pagamento da referida medição.
- 5.5. A CONTRATADA deverá apresentar, ainda, por ocasião de cada pagamento, a Certidão Negativa de Débito do INSS, o Cadastro Específico do INSS – CEI (caso tenha sido retirado) e o Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS, válidos na época. Será, ainda, exigida cópia autenticada das guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações a Previdência Social – GFIP, com respectiva relação dos empregados.
- 5.6. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS (CND) e do Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS, ou sua irregularidade, não acarretará retenção do pagamento, sendo, no entanto, imediatamente comunicada quanto à apresentação de tal documento em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis. A não-apresentação do CEI será motivo para a glosa do pagamento.
- 5.7. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.
- 5.8. Concomitantemente à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará a ocorrência ao INSS, no caso de CND e do CEI a Caixa Econômica Federal, no caso do CRF.
- 5.9. A nota fiscal deverá ser fornecida com o mesmo CNPJ da empresa contratada.
- 5.10. Os serviços e obras objeto da licitação deverão estar dentro das especificações admitidas e deverá ser entregue no prazo máximo estipulado no item 3.7 deste instrumento, de forma parcial ou total, a critério da Administração. Ainda que recebido em caráter definitivo, **subsistirá a**



É pra fazer. É pra cuidar.

109

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

responsabilidade legal do adjudicatário pela qualidade do objeto fornecido.

5.11. O embargo do recebimento definitivo do objeto por parte da Administração não implica dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso, não acarretando ônus para a Administração.

5.11.1. Findo este prazo serão aplicadas às sanções previstas neste ato convocatório e na legislação pertinente.

5.12 Caso o objeto deste Contrato seja recusado e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não entregue e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado o prazo disposto neste Contrato, para pagamento.

5.13 Nas situações onde a CONTRATADA não comprovar a isenção das tributações elencadas nas alíneas *a* a *d* abaixo relacionadas, a CONTRATANTE poderá efetivar a retenção na fonte nos pagamentos efetuados, para produtos e serviços, sobre os seguintes impostos e contribuições:
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ;

Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL;

Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS;

Programa de Integração Social – PIS/PASEP.

5.13.1 A retenção será efetuada aplicando-se a alíquota legalmente prevista.

5.14 Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação *pro rata tempore* do IGPM (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que o mesmo for efetivado.

5.15 A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero.

5.16 Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas

A presente despesa correrá por conta:

Órgão:	Secretaria Municipal de Ação Social
Unidade:	0012 - Secretaria Municipal de Ação Social
Classificação Funcional Programática:	08.122.010.1029
Elemento de Despesa:	4.4.9.0.51.00.00 Obras e Instalações
Projeto/Atividade	1029 – Construção do Complexo Nutricional

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante todo o período de vigência deste contrato;



É pra fazer. É pra cuidar.

170

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

7.2. Proceder com o pagamento das despesas com pessoal, as naturezas fiscais, os encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, como também cumprir a legislação vigente no que diz respeito a segurança, higiene e medicina do trabalho;

7.3. Fornecer a CONTRATANTE a nota fiscal objeto deste contrato e demais documentos necessários ao pagamento, nos prazos e termos descrito neste Edital e seus ANEXOS;

7.4. Planejamento da construção do objeto do certame nos seus aspectos administrativos e técnicos mantendo o canteiro de obras instalações necessárias para pessoal, materiais e equipamentos, bem como o local adequado para fiscalização;

7.5. Colocar na direção geral da construção, com presença permanente na obra, profissional devidamente habilitado, cuja nomeação e substituição deverá ser comunicada, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

7.6. Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução deste contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

7.7. Instalar a placa, conforme modelo sugerido pela CONTRATANTE, alusiva ao responsável técnico, natureza das obras e serviços, os recursos e entidade financeira, colocando-a em local bem visível, determinado pela fiscalização.

7.8. Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estabelecido;

8.2. Fiscalizar a execução deste contrato e subsidiar a CONTRATADA com informações e/ou comunicações úteis ou necessárias ao seu melhor e fiel cumprimento.

9. CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A aplicação de penalidades à licitante vencedora rege-se-á conforme o estabelecido na Seção II do capítulo IV - Das Sanções Administrativas da Lei nº 8.666/93.

9.1.1. Caso a empresa vencedora se recuse a fornecer o objeto contratado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sendo-lhe aplicada, isolada ou cumulativamente:

- a) advertência, por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global da contratação;



É pra fazer. É pra cuidar.

111

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.2. A licitante que deixar de entregar, no todo ou em parte, a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

9.3. Fica estipulado o percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) sobre o valor global contratado a título de mora, por dia de atraso no cumprimento de qualquer prazo previsto neste instrumento contratual, independentemente da notificação prevista no subitem 9.3.2., deste contrato;

9.3.1. Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, nos casos previstos nos incisos II e V do parágrafo 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, até o vencimento do prazo de entrega do objeto, ficando a critério da CONTRATANTE a sua aceitação;

9.3.2. Vencido(s) o(s) prazo(s), a CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA comunicando-a da data-limite.

9.3.2.1. A partir dessa data, considerar-se-á recusa, sendo-lhe aplicada a sanção de que trata o subitem 9.4.

9.4. Pela inexecução total da obrigação, a CONTRATANTE rescindir o contrato e aplicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

9.4.1. Em caso de inexecução parcial da obrigação será aplicado o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato.

9.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações da CONTRATANTE pela CONTRATADA serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor da CONTRATANTE, ou cobradas judicialmente.

9.6. Se a CONTRATADA inadimplente não tiver valores a receber da CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.

9.7. A aplicação de multas, bem como a rescisão de contrato, não impedem que a CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

9.8. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento contratual será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.



É pra fazer. É pra cuidar.

Prefeitura do Município do Pilar
Comissão Permanente de Licitação - CPL

10. CLÁUSULA DÉCIMA- DA RESCISÃO

10.1. A Execução do Contrato reger-se-á pelo Capítulo III - Seção IV - Da Execução dos Contratos, da Lei nº 8.666/93.

10.2. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão com as conseqüências contratuais previstas em Lei, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93, reconhecendo desde já a CONTRATADA os direitos da Administração previstos no artigo 55, inciso IX, da referida Lei.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA COBRANÇA JUDICIAL

11.1. As importâncias devidas pela CONTRATADA serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato, título executivo extrajudicial, ressalvada a cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO PRAZO DE VIGÊNCIA

12.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato no Diário Oficial e a execução de acordo com o cronograma físico financeiro, contados da ordem de serviços.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA VINCULAÇÃO DA LICITAÇÃO

13.1. O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2017, ao qual se vincula, bem como, aos termos da proposta de preços da CONTRATADA, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo nº 0725-0041/2017.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA VINCULAÇÃO DA LICITAÇÃO

14.1. A gestão deste Contrato será feita:

14.2. Por parte da CONTRATANTE:

NOME DO GESTOR(A):

CARGO:

TELEFONE:

14.2. Por parte da CONTRATADA:

NOME DO GESTOR:



É pra fazer. É pra cuidar.

Prefeitura do Município do Pilar
Comissão Permanente de Licitação - CPL

TELEFONE:

FAX:

E-MAIL:

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A CONTRATADA e a CONTRATANTE respondem integralmente, sem qualquer ordem de preferência, pela perfeita execução das cláusulas ajustadas, até o fiel cumprimento do presente contrato.

15.2. Qualquer omissão ou tolerância de uma das partes, no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato ou no exercer qualquer prerrogativa dele decorrente, não constituirá renovação ou renúncia e nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo.

15.3. As disposições complementares que não criarem ou alterarem direitos ou obrigações das partes, serão formalizadas através de acordos epistolares, assinados por seus representantes credenciados.

15.4. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto deste contrato, até o limite estabelecido na Lei 8.666/93 e suas alterações.

15.5. O preço acordado neste contrato será fixo e irrevogável durante a vigência contratual.

15.6. A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a vigência contratual, em compatibilidade pelas obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório que deu origem a esta contratação.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO

16.1. O foro para dirimir qualquer dúvida que – direta ou indiretamente – seja oriunda do presente instrumento contratual é o da comarca da cidade de PILAR/Alagoas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem as partes de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual valor, teor e forma para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas, fazendo tudo por bom, firme e valioso, por si e por seus sucessores, a qualquer título, e respondendo pelo veracidade e legalidade dos atos aqui praticados, a qualquer tempo e em qualquer lugar.

Município de PILAR (AL), de de 2017.

Outrossim, convoca-se os representantes das empresas participantes para, às 10:00hs (dez horas) do dia 23 de agosto de 2017, no endereço Praça Daniel Amorim, nº 118, Centro, Olho D'Água das Flores/AL, comparecerem à sessão pública que dará continuidade ao certame com a realização da fase de oferta de lances.

Outras informações no endereço acima, em dias úteis, no horário das 08 às 12 horas, ou por meio eletrônico através do e-mail: cplodf@gmail.com.

Hugo Rafael da Silva Feitoza
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Pilar

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 03/2017

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA VISANDO À EXECUÇÃO DA OBRA CONCERNENTE A SEGUNDA ETAPA DA ORLA NO MUNICÍPIO DE PILAR LOCAL/DATA: na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Praça Floriano Peixoto, Pilar/AL, no dia 04 de setembro de 2017, às 09:30 horas. (Horário LOCAL).

O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição das empresas interessadas na sala da CPL, ou pelo e-mail: equipicpilar2016@gmail.com horário das 08:00 às 14:00, até o dia que antecede à data do Certame.
Pilar/AL, 17 de agosto de 2017.

Newton Rodrigo Rocha Sarmento
Presidente/CPL.

TOMADA DE PREÇO Nº 02/2017

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA VISANDO À EXECUÇÃO DA OBRA DO COMPLEXO NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE PILAR/AL, LOCALIZADO NO CONJUNTO HABITACIONAL RUBENS CANUTO, CHÃ DO PILAR. LOCAL/DATA: na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Praça Floriano Peixoto, Pilar/AL, no dia 11 de setembro de 2017, às 09:30 horas. (Horário LOCAL).

O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição das empresas interessadas na sala da CPL, ou pelo e-mail: equipicpilar2016@gmail.com horário das 08:00 às 14:00, até o dia que antecede à data do Certame.
Pilar/AL, 17 de agosto de 2017.

Newton Rodrigo Rocha Sarmento
Presidente/CPL.

*Republicado por incorreção (TP 02/2017 que estava marcada para o dia 01/09/2017 será realizada no dia 11/09/2017).

Prefeitura Municipal de Porto Real do Colégio

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017 (SRP)

OBJETO: Fornecimento parcelado de Lubrificantes.
DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE LANCES: 30/08/2017 às 13h30min.

O Edital e informações complementares encontram-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada à Rua São José, S/N - Bairro Centro, de segunda-feira à sexta-feira, em dias de expediente, no horário das 08:00 às 12:00hs, pelos telefones: (82) 98235-4573; (79) 98877-9650. E-mail: cpl@portorealdocolegio.al.gov.br
Porto Real do Colégio (AL), 17 de Agosto de 2017.

Priscila Souza Moura - Pregoeira

Prefeitura Municipal de Quebrangulo

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO
EXTRATO DE ADESÃO

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PPNº 017/2016

Objeto: Registro de Preços para eventuais contratações de empresa especializada na manutenção predial e urbana, de vias e logradouros públicos, preventiva e corretiva (elétrica, Hidrossanitária, parede e painel, revestimento, cobertura, esquadria, marcenaria, pintura, pavimentação e reparos em geral), dos bens móveis e imóveis do município, realizado pelo Município de Penedo/AL. Empresa: Podium Construções e Terraplenagem Ltda-ME, CNPJ: 18.940.485/0001-69, valor total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Quebrangulo/AL, 12 de julho de 2017. Marcelo Ricardo Vasconcelos Lima - Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Quebrangulo, CNPJ: 12.241.675/0001-01. CONTRATADO: Podium Construções e Terraplenagem Ltda-ME, CNPJ: 18.940.485/0001-69. Objeto: manutenção predial e urbana, de vias e logradouros públicos, preventiva e corretiva (elétrica, Hidrossanitária, parede e painel, revestimento, cobertura, esquadria, marcenaria, pintura, pavimentação e reparos em geral), dos bens móveis e imóveis do município. Vigência: 14/07/2017 a 14/07/2018. Valor Global: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Fonte de recursos:

04.40.2004.339039/05.50.2005.339039/09.90.2021.339039/10.10.2023.339039/07.70.6001.339039/07.71.6012.339039/08.80.6011.339039/08.81.6002.339039/06.60.2006.339039.

Quebrangulo, 14 de julho de 2017.

Marcelo Ricardo Vasconcelos Lima - Prefeito

Prefeitura Municipal de Rio Largo

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2017

PROCESSO: 0406-035/2017 - Tipo: Maior desconto - Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada na emissão de passagens aéreas e operacionalização de reservas, emissão, marcação e remarcação de bilhetes inclusas todas as taxas inerentes a esses serviços, destinados a Prefeitura Municipal de Rio Largo/AL.

Data de realização: 01 de Setembro de 2017 às 11:00h, horário de Brasília. Disponibilidade: endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br

Todas as referências de tempo obedecerão ao horário de Brasília/DF. Informações: cplderiolargo@gmail.com. ID: 676164

Os Editais e seus Anexos encontram-se à disposição das empresas interessadas através do sítio eletrônico <http://www.riolargo.al.gov.br/>, bem como, na sala da CPL, ou pelo e-mail: cplderiolargo@gmail.com, no horário das 08:00 às 14:00, até o dia que antecede à data do Certame.
Rio Largo/AL, 16 de Agosto de 2017.

Meiry Soares - Presidente/CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO
RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

A Prefeitura Municipal de Rio Largo informa o resultado da análise técnica realizada pelo setor competente referente a TOMADA DE PREÇO 02/2017 CONSTRUÇÃO DA QUADRA COBERTA: DA ANÁLISE: A única empresa habilitada nesta etapa do Processo Licitatório supra, foi a Vegas Construção Civil e Locações Ltda - EPP, com CNPJ de número 08.418.714/0001-26. Com isso, foi realizada a análise em toda a documentação que a empresa em questão apresentou à CPL, deste município, para esta etapa do Processo Licitatório em questão.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, conclui-se que, de acordo com a documentação específica na etapa da proposta de preços, compreendendo a planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e composições de preços unitários, a empresa habilitada descrita acima, atendeu aos requisitos específicos da etapa em questão, estando apta a ser contratada para o início da obra objeto deste documento.
Rio Largo/AL, 16 de Agosto de 2017.

Gustavo Luiz Ferreira do Nascimento
Engenheiro Civil - SEMED/Rio Largo
CREA 0205503543

Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº PP45/2017 - Processo nº 0608-023/2017 - Pregão Presencial nº 45/2017-SRP Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002. Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 14.466/2017 - Fornecedor Registrado: NOVA ARAVEL - COMÉRCIO DE VEÍCULOS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (CNPJ nº 17.495.269/0001-99) - Objeto: Registro de preços para aquisição de veículos automotivos (LOTES 01 e 02) - Valor Global: R\$ 278.400,00 (duzentos e setenta e oito mil e quatrocentos reais) - Vigência: 12 (doze) meses.

Aviso de Homologação
Pregão Presencial nº 45/2017-SRP
Processo nº 0608-023/2017

Face ao constante nos autos do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 45/2017-SRP, do Tipo Menor Preço, referente ao Processo nº 0608-023/2017, HOMOLOGO, com fundamento no Artigo 4º, Inciso XXII, da Lei Federal nº 10.520/2002, a presente licitação para que a Adjudicação nela contida produza seus efeitos jurídicos e legais.

Pedro Ricardo Alves Jatobá
Prefeito

115



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COITÉ DO NOIA**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017 (SRP)**

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos leves, pesados, motocicletas, máquinas e implementos agrícolas que compõem a frota do Município de Coité do Noia, com o fornecimento e troca de todas e quaisquer peças, componentes e acessórios novos que se fizerem necessários para que os veículos sejam mantidos em perfeitas condições de uso, compreendendo: (a) Serviços mecânicos em geral; (b) Serviços elétricos/eletrônicos; (c) Serviços de suspensão/direção e Assistência de Socorro Mecânico.
Abertura: dia 30 de agosto de 2017, às 9h00min.
DISPONIBILIDADE DO EDITAL E INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação, na Rua José Belarmino, 160, Centro - Coité do Noia/AL, CEP: 57.325-000, das 8h às 12h, ou através do e-mail: licitacao.coitedonoia@gmail.com.

Coité do Noia - AL, 17 de agosto de 2017.
JOSE MIGUEL SEBASTIÃO DE OLIVEIRA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAÍBAS

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017-SRP**

OBJETO: contratação de empresa especializada para fornecimento de Pneus e Afins. **ABERTURA:** 30 de Agosto de 2017, às 09:00h (horário local). **INFORMAÇÕES:** informações disponíveis no gabinete municipal, localizada na Rua Pedro Gama, 122, Centro, Craíbas - AL, de segunda a sexta das 8h às 13h.

Craíbas-AL, 17 de agosto de 2017.
EDIEL BARBOSA LIMA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAMATAIA

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017**

Registro de Preços para aquisição de material permanente para estruturação do SINE do Município de Jaramataia. **ABERTURA:** 31 de agosto de 2017, às 14:30h (horário de Brasília). **INFORMAÇÕES:** informações disponíveis no Prédio da Prefeitura Municipal de Jaramataia, situado na Rua Professor Deraldo Campos, 209, Centro, das 8:00 às 14:00 horas, ou através do e-mail licitacaojaramataia@gmail.com.

Jaramataia-AL, 17 de agosto de 2017.
GIVALDO INACIO DOS SANTOS
Prefeito

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO
DE SERVIÇOS DELEGADOS**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÕES**

A AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DELEGADOS - ARSER, avisa que realizará licitações, conforme resumos abaixo:
- PREGÃO ELETRÔNICO nº 82/2017 - BB nº 684705. Interessado: Agência Municipal de Regulação de Serviços Delegados. Data e hora da sessão de disputa: 06 de setembro de 2017 às 10h, horário de Brasília.
Objeto: Registro de preços para aquisição de equipamentos de proteção individual - EPIs.

- PREGÃO ELETRÔNICO nº 83/2017 - BB nº 684708. Interessado: Secretaria Municipal de Saúde - SMS. Data e hora da sessão de disputa: 05 de setembro de 2017 às 10h, horário de Brasília. Objeto: Registro de preços para fornecimento de tiras reagentes para medir glicemia capilar. Local: sistema eletrônico do Banco do Brasil S.A. Os editais encontram-se disponíveis nos sites: www.ma-ceia.al.gov.br ou www.licitacoes-e.com.br. Informações: (082) 3315-3713, 3315-3714 e 3315-3715.

Maceió-AL, 17 de agosto de 2017.
EDSÂNGELA GABRIEL PEIXOTO BEZERRA
Prefeita

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MARECHAL DEODORO**

**RESULTADO JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2017**

A Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro/AL, por intermédio do Pregoeiro, torna público o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 30/2017, para contratação de empresa de engenharia para conservação/recuperação de pavimentação granulítica, asfáltica, drenagem e conservação de drenagem e conservação/recuperação de

passeio em diversas ruas do Município de Marechal Deodoro/AL. Após julgamento da licitação em epígrafe, saiu vencedora a empresa: F. P. CONSTRUTORA LTDA-ME, inscrita no CNPJ nº 41.160.680/0001-98, com proposta de 30,6% em cima do valor estimado. O Pregoeiro, informa ainda, que inicia-se o prazo para apresentação de recurso contra sua decisão, a partir desta publicação.

Marechal Deodoro-AL, 17 de agosto de 2017.
LUCAS VINICIUS ALVES SILVA
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

**AVISOS DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2017
Repetição**

Tipo Menor Preço Global - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA VISANDO À EXECUÇÃO DA OBRA DO COMPLEXO NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE PILAR/AL. LOCALIZADO NO CONJUNTO HABITACIONAL RUBENS CANTO, CHÁ DO PILAR.
LOCAL/DATA: na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Praça Floriano Peixoto, Pilar/AL, no dia 11 de setembro de 2017, às 09:30 horas. (Horário LOCAL).
O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição das empresas interessadas na sala da CPL ou pelo e-mail: equipelciliar2016@gmail.com horário das 08:00 às 14:00, até o dia que antecede à data do Certame.

TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2017

Tipo Menor Preço Global - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA VISANDO À EXECUÇÃO DE OBRA CONJUNTA À SEGUNDA ETAPA DA ORLA NO MUNICÍPIO DE PILAR LOCAL/DATA: na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Praça Floriano Peixoto, Pilar/AL, no dia 04 de setembro de 2017, às 09:30 horas. (Horário LOCAL).
O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição das empresas interessadas na sala da CPL ou pelo e-mail: equipelciliar2016@gmail.com horário das 08:00 às 14:00, até o dia que antecede à data do Certame.

Pilar-AL, 17 de agosto de 2017.
NEWTON RODRIGO ROCHA SARMENTO
Presidente da CPL

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE PORTO REAL DO COLÉGIO**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2017 - FMS**

OBJETO: Aquisição de um veículo tipo pick-up, zero quilômetro, para atender a Secretaria de Saúde do Município de Porto Real do Colégio.
DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE LANCES: 01/09/2017 às 14h00min.
O Edital e informações complementares encontram-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada à Rua São José, S/N - Bairro Centro, de segunda-feira à sexta-feira, em dias de expediente, no horário das 08:00 às 12:00hs, pelos telefones: (82) 3553-1117/ 98235-4573, E-mail: epl@portorealdocolegio.al.gov.br

Porto Real do Colégio-AL, 17 de agosto de 2017.
PRISCILA SOUZA MOURA
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRÂNGULO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRÂNGULO - CNPJ: 12.241.675/0001-01. **CONTRATADA:** VAL-MED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALAR LTDA - EPP. CNPJ: 05.980.425/0001-28, valor: R\$ 31.742,64; DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - CNPJ: 07.897.039/0001-00, valor: R\$ 18.900,00; SANTOS E DANTAS LTDA - ME. CNPJ: 16.367.222/0001-87, valor: R\$ 24.330,00; SHALON COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME. CNPJ: 02.635.529/0001-07, valor: R\$ 17.886,40; GS COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME. CNPJ: 26.470.295/0001-53, valor: R\$ 17.675,00; COMERCIAL PEREIRA E SOARES LTDA - ME. CNPJ: 13.581.318/0001-55, valor: R\$ 13.150,00; CIRURGICA RECIFE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. CNPJ: 00.236.193/0001-84, valor: R\$ 444,23. **Objeto:** aquisição de equipamentos para as UBS. Vigência: 17/08/2017 a 31/12/2017. Fonte do Recurso: Proposta nº 07543.773000/1150-01.

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017**

Processo Administrativo Nº 00860/2017, destinados a aquisição de equipamentos para as Unidades Básicas de Saúde do Município, considerando os critérios legais resolve:

HOMOLOGAR o processo licitatório em epígrafe. Licitantes Vencedoras: VAL-MED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALAR LTDA - EPP. CNPJ: 05.980.425/0001-28, valor: R\$ 31.742,64; DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. CNPJ: 07.897.039/0001-00, valor: R\$ 18.900,00; SANTOS E DANTAS LTDA - ME. CNPJ: 16.367.222/0001-87, valor: R\$ 24.330,00; SHALON COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME. CNPJ: 02.635.529/0001-07, valor: R\$ 17.886,40; GS COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME. CNPJ: 26.470.295/0001-53, valor: R\$ 17.675,00; COMERCIAL PEREIRA E SOARES LTDA - ME. CNPJ: 13.581.318/0001-55, valor: R\$ 13.150,00; CIRURGICA RECIFE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. CNPJ: 00.236.193/0001-84, valor: R\$ 444,23.

Quebrângulo-AL, 17 de agosto de 2017.
MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2017**

PROCESSO: 0406-035/2017 - **Tipo:** Maior desconto - **Objeto:** Registro de preços para contratação de empresa especializada na emissão de passagens aéreas e operacionalização de reservas, emissão, marcação e remarcação de bilhetes incluídas todas as taxas inerentes a esses serviços, destinados a Prefeitura Municipal de Rio Largo/AL.
Data de realização: 01 de Setembro de 2017 às 11:00h, horário de Brasília.
Disponibilidade: endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br. Todas as referências de tempo obedecerão ao horário de Brasília/DF.
Informações: eplderiolargo@gmail.com. ID: 676164
Os Editais e seus Anexos encontram-se à disposição das empresas interessadas através do site eletrônico <http://www.riolargo.al.gov.br>, bem como, na sala da CPL, ou pelo e-mail: eplderiolargo@gmail.com, no horário das 08:00 às 14:00, até o dia que antecede à data do Certame.

Rio Largo-AL, 16 de agosto de 2017.
MEIRY SOARES
Presidente da CPL

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE SÃO JOSÉ DA TAPERA**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12017 (SRP)**

Tipo: Menor preço por lote de itens
Processo nº: 016.019.020817
Objeto: Registro de Preço para futura locação de veículos automotivos, leves, pesados e máquinas.
Data de realização: 30 de agosto de 2017, às 08h00min.
Informações: epltapera.al@gmail.com
Disponibilidade: <http://www.licitacoes-e.com.br>

DANILO AVALCANTE MELO
Pregoeiro

**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 3/2017 -SEMOB/PMU
Edital PE Nº 3/2017-SEMOB**

Processo: Nº 3401.0122-A/2017 - **SEMOB.** Objeto: O registro de preços para aquisição de peças para manutenção corretiva e preventiva no equipamento-USINA DE ASFALTO DE MACAPÁ, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana de Macapá - SEMOB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Abertura das propostas:** 05/09/2017 a partir das 10h00min no site www.licitacoes-e.com.br. Início da disputa de preços: 05/09/2017 às 11:00 horas no site www.licitacoes-e.com.br. O Edital do Pregão se encontra disponível na íntegra no site www.licitacoes-e.com.br (Horário de Brasília).

Macapá-AP, 17 de agosto de 2017.
CELSON MONÇÃO DIAS
Pregoeiro

**ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE APUÍ**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2017**

O Município de Apuí, através da Comissão Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal, torna público que fará realizar sessão para abertura de envelope do seguinte certame: **PROCESSO Nº 040/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017, Objeto:** LICITAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA PARA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL, em atendimento a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Urbanismo de Apuí-AM. **Tipo:** Menor Valor Por Item. **Data**

